



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Se essa rua fosse nossa: diretrizes de projeto a partir de narrativas femininas para a rua Expedicionário Brasileiro em Arapiraca-AL

Thatyane Pereira Melo da Silva

graduação em arquitetura e urbanismo – Universidade Federal de Alagoas

Alice de Almeida Barros

professora doutora em arquitetura e urbanismo- Universidade Federal de Alagoas

Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

Resumo. A reflexão sobre as limitações que mulheres enfrentam para usufruir os espaços da cidade impulsionou a elaboração do trabalho. É urgente nas cidades, especificamente em Arapiraca, haver melhorias à permanência e circulação saudável e segura para mulheres. Historicamente, de Pandora à Eva, a figura feminina no mundo ocidental não possuía o direito de experimentar a cidade como qualquer cidadão comum, sendo colocada num lugar de subserviência, medo e culpa. Coube aos homens o papel de imaginarem como as cidades deveriam ser e, então, projetá-las a partir de sua óptica e necessidades. A pesquisa procurou dar visibilidade ao pensamento de mulheres que transformaram o modo de pensar cidades, dentre elas estão Zaida Muxi Martinez, Diana Helene Ramos e Leslie Kern. Foram feitas análises de projetos que adotaram o urbanismo com perspectiva de gênero nos contextos internacional e nacional, a fim de aproveitá-los como parâmetro para identificar as potencialidades de cada um, considerando o contexto urbano e as devidas diferenças de realidade. Foram feitas pesquisas exploratórias e entrevistas on-line e presenciais com as mulheres usuárias da rua, compreendendo suas vivências e experiências com relação ao espaço urbano. Por fim, foram elaboradas diretrizes de projeto para a Rua Expedicionário Brasileiro.

Palavras-chave. Urbanismo; perspectiva de gênero; diretrizes de projeto.

If this street were ours: design guidelines based on women's narratives for Expedicionario brasileiro street in Arapiraca-AL

Abstract. This article seeks to accomplish an initial approach on the issue of the limitations that women face to live the city's spaces. It is urgent in the cities, specifically in Arapiraca, that there are improvements to the permanence and healthy and safe circulation for women. Historically, from Pandora to Eve, the female figure in the Western world did not have the right to experience the city like any ordinary citizen, and women were in a place of subservience, fear and guilt. The male figura imagined how the cities should be, and then design them from their point of view and needs. The research sought to give visibility to the thought of women who transformed the way cities were thought of, among them are Zaida Muxi Martinez, Diana Helene Ramos, and Leslie Kern. Analyses were made of projects that adopted urbanism with a gender perspective in international and national contexts, studying some parameter to identify the potential of each one, considering the urban context and the differences in reality. Exploratory research and online and face-to-face interviews were conducted with women street users, understanding their lives and experiences in the urban space. Finally, design guidelines were developed for the Expedicionário Brasileiro Street.

Keywords: Urbanismo; gender perspective; design guidelines.

Se esta calle fuera nuestra: directrices de proyecto a partir de los relatos de mujeres a la calle Expedicionario brasileiro em la ciudad de Arapiraca-AL

Resumen. *El presente artículo responde al interés por la reflexión sobre las limitaciones a las que se enfrentan las mujeres para utilizar los espacios de la ciudad. Es urgente en la ciudad, específicamente en Arapiraca, que haya mejoras en la permanencia y circulación saludable y segura para las mujeres. Históricamente, desde Pandora hasta Eva, la figura femenina en el mundo occidental y en la actualidad se encontraban en un lugar de sumisión, miedo y culpa. Correspondía a los hombres imaginar cómo debían ser las ciudades y luego diseñarlas según su punto de vista y sus necesidades. La investigación pretendía dar visibilidad al pensamiento de mujeres que transformaron la forma de pensar las ciudades, entre ellas Zaida Muxí Martínez, Diana Helene Ramos y Leslie Kern. Se analizaron proyectos que adoptaron el urbanismo con perspectiva de género en contextos internacionales y nacionales, a fin de utilizarlos como parámetro para identificar el potencial de cada uno. Se llevó a cabo una investigación exploratoria y entrevistas en línea y cara a cara con mujeres usuarias de la calle, para comprender sus vidas y experiencias en relación con el espacio urbano. Por último, se elaboraron directrices de diseño para la calle Expedicionário Brasileiro.*

Palabras clave: Urbanismo; perspectiva de género; directrices de proyecto.

Introdução

No planejamento urbano iniciado a partir do século XIX no continente europeu, onde teóricos como Haussmann, Tony Garnier e Le Corbusier idealizavam e materializavam o desenho urbano a partir de ideais presentes à época, como Revoluções Industriais e Guerras Mundiais por exemplo, o que se desejava era que essas novas cidades se desenvolvessem e comportassem a vida do novo homem em um novo mundo, o da modernidade.

Contudo, esse novo processo de pensar as cidades e de resolver o caos instalado a partir desses movimentos revolucionários se deu de maneira excludente, onde os interesses do progresso e do lucro estavam acima dos interesses das classes menos favorecidas e que mais sofriam com as restrições e desigualdades sociais trazidas por esta nova era.

Dentre os aspectos de interesse no problema de pesquisa está a relação entre gênero, raça e classe, por exemplo, que não eram levados em consideração no desenho urbano no final do século XIX e começo do século XX, uma vez que, com guerras e revoluções e, mais tarde, a ascensão do conservadorismo estadunidense e o neoconservadorismo, como aponta Marina Basso Lacerda (2018), sua nova ligação com instituições religiosas e os ataques a movimentos negros e feministas, o que se desejava, antes de qualquer coisa, era a volta à preservação dos ditos valores morais e tradicionais.

Assim como toda crença ou ideologia de força maçante, seus ideais também são impressos nas formas de organização social. E com o urbanismo não foi diferente. Mais um aspecto problemático a ser apontado foi que, nos últimos dez anos no Brasil, em decorrência dessa nova onda neoconservadora proveniente dos Estados Unidos, segundo Basso Lacerda (2018), houve uma tentativa de silenciamento e distanciamento dos corpos de pessoas do movimento feminista, negro e LGBTQIAP+ com relação à cidade. Ainda em Basso Lacerda (2018, p. 71), “os neoconservadores atuaram de modo a eliminar programas governamentais de cunho feminista e pelos direitos dos homossexuais”.

Todo esse projeto contra o respeito às diferenças sociais e de pessoas no século XXI é resultado do fortalecimento das instituições religiosas desde a consolidação da cultura ocidental, onde a Igreja, principalmente na Idade Média, sendo representada por cristãos católicos e protestantes, é quem define desde então o que é certo e errado, verdadeiro ou falso, baseados num ser divino que estipulou regras a serem seguidas e mantidas, mesmo que essas regras ataquem diretamente a vida de outrem.

Diante disso, como os corpos de grupos silenciados na história do mundo se encaixam – ou não – nessa cidade, onde movimentos neoconservadores crescem cada vez mais e pretendem deslegitimar suas lutas e conquistas até agora? E para além disso, como objetiva este trabalho, como o corpo feminino, especificamente, se apresenta nesse cenário?

É preciso num primeiro momento entender esse corpo feminino e transeunte como plano de fundo para a discussão entre cidade e gênero. Para tanto, é primordial a compreensão dos conceitos de

gênero e seus reflexos na produção do espaço urbano. Numa cidade desenhada por homens e que perdura até o presente século, o corpo da mulher é, como colocado por Simone de Beauvoir (1980), o outro. Esse outro ser, não tendo subjetividade própria ou voz ativa, foi facilmente desvalorizado historicamente e colocado em último plano.

O corpo feminino sendo esse “outro”, não-sujeito, é rejeitado e distanciado da cidade, assim como os outros grupos que foram minorizados com o objetivo moralista de “manter as coisas em seu devido lugar” e respeitar os limites estabelecidos pelo cristianismo e pela tradição.

Para a construção da pesquisa fazem parte da abordagem metodológica: a análise comparativa de projetos; investigação do recorte urbano, entrevista on-line; visita exploratória e entrevista presencial. Estas etapas serão explicadas ao longo do artigo.

1. Gênero, corpo e cidade

O conceito de gênero se apresenta de diversas formas ao longo da história. Ele ganhou força e evidencia a partir das três ondas do movimento feminista, que surgiu a partir das reivindicações pelos direitos de liberdade e igualdade que haviam sido concedidos aos homens no século XIX, no período da Revolução Francesa.

Em consonância com Duarte (2003), a primeira onda nesse período do final do século XIX e início do século XX se deu com o intuito de possibilitar às mulheres, em sua maioria brancas e de classe econômica superior, o direito de estarem em igualdade a seus maridos em suas casas, uma vez que, nessa época, a mulher era detida ao espaço privado e aos cuidados domésticos e parentais. Além disso, o movimento também desejava o direito de votar e de estar presente nos debates sobre educação, sociedade e política, por exemplo.

Na segunda onda, ocorrida entre os anos de 1960 a 1980, começou-se a questionar os ideais impostos pela tradição a respeito do que é ser mulher. Nesse período, surge uma das principais pensadoras dessa fase do movimento, Simone de Beauvoir (1980), trazendo novas formas de se pensar a figura feminina, colocando em xeque a ideia de que as rotulações para mulher e homem são, na verdade, construções sociais. Diante disso, eram as relações patriarcais, capitalistas e heteronormativas que definiam o que é gênero e sexo.

A partir desse momento, o movimento começa a ganhar força e se espalhar por diversos países, fazendo milhares de mulheres questionarem o modelo tradicional e machista vigente, que procurava domesticar seus corpos e mantê-los presos aos ideais de feminilidade e trabalho doméstico. A terceira onda do movimento surgiu em 1990 e teve importante participação dos movimentos negros, homossexuais, lesbianos e transsexuais que não se sentiam plenamente representados pelas duas primeiras ondas.

Segundo Miranda (2015), nessa fase do movimento foi possível perceber diversas conquistas e mudanças, principalmente por parte das mulheres negras que começaram a incorporar em suas lutas a ideia de que deveria haver interseccionalidade no movimento feminista. Essas mulheres enfatizaram a importância de um movimento plural, que compreendesse as relações entre gênero e raça, colocando este último como base para as demais categorias.

Diante disso, o conceito de gênero e sua relação com raça e classe tornou-se mais forte, levando o debate do feminismo não apenas para a figura da mulher, mas ampliando o olhar para outras formas de sociabilidade e compreendendo que, segundo Akotirene (2019) não pode haver no movimento feminista neutralidade epistemológica. Para a autora, não é possível discutir gênero sem que se discuta também raça. Portanto, ser feminista é pensar num novo projeto de sociedade, onde todos os problemas dizem respeito a todas as pessoas.

2. Pensando o gênero na cidade

Para onde o urbanismo do século XXI aponta? As demandas da pós modernidade são outras e é preciso estar ciente delas. Diante disso, como projetar as cidades do futuro? Muito mais do que

se preocupar com as tecnologias vindouras, é preciso estar atento à vida urbana e ao acesso a ela por todos os grupos presentes – e os que virão - na sociedade.

Zaida Muxí Martínez, arquiteta e urbanista pioneira nos estudos urbanos com perspectiva de gênero, acreditava que o urbanismo seria a chave para a derrocada da desigualdade nas cidades ao redor do mundo. Muxí Martínez foi além em sua pesquisa. Para a autora (2011), viver é a soma de moradia, trabalho, acesso à educação, cultura, lazer e saúde, mas não só. Segundo Muxí Martínez (2011), viver transcende todos esses acessos secundários, porque viver é poder, antes de mais nada, ter acesso à cidade, estar em igualdade de oportunidades dentro dela e, em muitas vezes, em posição de liderança.

Nesse sentido, a autora (2011) aponta que é urgente repensar cidades e bairros através da perspectiva de gênero. Para Zaida Muxí Martínez, o planejamento urbano só cumpre seu real objetivo quando ele consegue fazer com que as pessoas tenham o poder de desfrutar de cidades inclusivas, que levem em consideração a diversidade dos grupos sociais.

Segundo Zaida Muxí Martínez (2011), as cidades não devem ser analisadas apenas como um todo. Quando isso acontece, os dados obtidos a partir de análises sobre equipamentos urbanos e acessibilidade, por exemplo, tendem a ser superficiais e muito distantes da realidade. Desse modo, é preciso que haja uma análise profunda e aproximada para perceber que as necessidades cotidianas só podem ser alcançadas quando todos os grupos componentes dela são igualmente visibilizados.

Para a autora (2011), o planejamento urbano precisa atentar aos recortes sociais de tal forma que seja possível realizar análises transversais e interdisciplinares, para, assim, trabalhar em conjunto com a população e com os grupos políticos presentes na cidade.

Em Zaida Muxí Martínez (2011), o lugar da mulher, na sociedade atual, ainda tende a ser confundido com as tarefas domésticas e parentais, mesmo que elas sequer exerçam tais atividades. Todavia, as moradias e as cidades continuam sendo pensadas a partir da divisão de papéis entre homens e mulheres. Uma vez que o “lugar” da mulher ainda é visto como domiciliar, as cidades não conseguem permitir que as mesmas possam experimentar o espaço urbano do mesmo modo que os homens, pois existem restrições com relação à circulação e permanência dessas mulheres no espaço público.

Para Diana Helene Ramos (2015), o modelo de cidade está vinculado ao modelo de mulher na visão masculina: a feminina ideal, sempre disposta a cuidar do marido e dos filhos e, portanto, devendo estar sempre dentro de casa. Um modelo associado a mulheres brancas, de fenótipo europeu e heterossexuais.

Nesse modelo masculino de cidade - pensado por e para homens brancos, cis gênero e heterossexuais – as mulheres que fogem do padrão de “feminilidade ideal” carregam o estigma da “puta”. Tal estigma é instrumentalizado a fim de atacar mulheres que ousam permanecer no espaço urbano. Segundo Diana Helene Ramos (2015, p.290) “uma das principais maneiras de controle associada à atribuição do “estigma de puta” está ligada à forma de circulação das mulheres na cidade”.

Diana Ramos (2015) aponta também que o demérito da “puta” está para além da prostituição. “A denominação puta pode ser atribuída a uma mulher em qualquer momento” (RAMOS, 2015, p. 289). Isto é, mulheres que desejam caminhar e permanecer livremente pela cidade, se vestindo e agindo como quiserem, por exemplo, estarão sujeitas à esta classificação.

Diante desse cenário, Diana Helene Ramos (2015) também manifesta que as mulheres, no contexto urbano, precisam estar o tempo inteiro preocupadas com as roupas com as quais sairão de casa ou mesmo a postura que terão ao transitar pela cidade, a fim de que “não “atraiam” os possíveis violentadores” (RAMOS, 2015, p. 291). Tais limites citados pela autora escancaram a realidade das restrições sob as quais as mulheres precisam se submeter para serem aceitas na

vivência do espaço público. Outrossim, evidencia que “não está garantido às mulheres uma equidade de condições com os homens em seu acesso à cidade” (RAMOS, 2015, p. 291).

É necessário enfatizar que esse grupo de homens que planejam as cidades a partir da própria experiência exclui não somente mulheres, mas também a comunidade LGBTQIAP+, por exemplo. Como apontam Hugo Belarmino e Bezerra Dimenstein (2021), esse modelo de cidade, projetada a partir da visão do cis-heteropatriarcado, não leva em consideração as questões de gênero, raça e classe e é avesso às diferenças e à diversidade.

Enquanto, durante toda a história, as mulheres, principalmente negras, estavam fornecendo mão de obra barata ou trabalho parental e doméstico gratuito, os homens, majoritariamente brancos, cis, heterossexuais e de classe econômica elevada, estavam não só dizendo como as cidades deveriam ser, mas também projetando-as e decidindo quem deveria nelas permanecer, expulsando todas as minorias que causavam incômodo.

Numa cidade real, contudo, as mulheres e as minorias podem exercer o espaço público e se fundir a ele - não somente projetá-lo - protagonizando suas histórias a partir de suas vivências e narrativas, garantindo que todos e todas possam ter igual acesso aos equipamentos e recursos urbanos, por exemplo. Como propõe Leslie Kern (2021, p.80), “uma cidade feminista deve ser aquela onde as barreiras físicas e sociais são desmanteladas, onde todos os corpos são bem-vindos e acomodados”.

Diante disso, fazem parte da abordagem metodológica: a análise comparativa do projeto de habitação coletiva Frauen-Werk-Stadt I, em Viena, Áustria, projetado por arquitetas e para mulheres, e do guia Parque para Todas e Todos, com recomendações para a implementação de parques urbanos a partir da perspectiva de gênero no Rio Grande do Sul.

No contexto local, a saber, a cidade de Arapiraca, foi feita a investigação do recorte urbano, a Rua Expedicionário Brasileiro. Estando a pesquisadora presencialmente na via durante dois meses, junho e julho, foram coletadas informações sobre a via a partir do olhar feminino através de entrevistas on-line, visitas exploratórias da autora se colocando como objeto de pesquisa a fim de também compreender como a mulher se relaciona com o espaço público, e entrevista presencial com as mulheres que frequentaram a rua no período da pesquisa e que se fizeram dispostas a compartilharem suas vivências.

3. Cidade: substantivo feminino

Seguindo a ordem de desenvolvimento da pesquisa, a primeira fase foi a análise comparativa de projetos, visando a identificação de aspectos positivos que pudessem contribuir com a elaboração de diretrizes de projeto com foco na perspectiva de gênero para a Rua Expedicionário Brasileiro, em Arapiraca-AL. Nesse sentido, foram analisados projetos e iniciativas de propostas urbanas que promovam a discussão a respeito das dificuldades femininas com relação à experiência nas cidades. Nesse sentido, as análises foram divididas em dois níveis de realidade: internacional e nacional.

O objeto de análise, no âmbito internacional, será a edificação de habitação social construída na cidade de Viena, capital da Áustria: Frauen Werk Stadt I. Na realidade nacional, foram analisadas propostas urbanas e/ou iniciativas de projeto com foco na perspectiva de gênero. O primeiro objeto nacional de análise será o guia Parque para Todas e Todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero e o segundo foi a dissertação de mestrado intitulada Lugar de Mulher é na Cidade: desenho urbano para a inclusão de gênero na cidade de Uberlândia.

3.1. O modelo de Viena: Frauen-Werk-Stadt

“Como seria um distrito planejado a partir da perspectiva das mulheres?”, foi com essa pergunta que, em 1993, “a Oficina das Mulheres lançou um concurso para o projeto chamado Frauen Werk Stadt Model Project” (CORADIN, 2014, p. 156). A proposta do concurso se baseava em criar um projeto de habitação social pensado por e para mulheres. A proposta vencedora foi a da arquiteta

Franziska Ullmann. Denominado Frauen-Werk-Stadt I, que significa Mulheres na cidade do trabalho, (Figuras 01 e 02), o projeto contou com trezentas e sessenta (360) unidades habitacionais, para que, pelo menos, mil pessoas pudessem viver ali. A escolha se deu pela “sensibilidade na resolução do desenho dos espaços abertos” (CORADIN, 2014, p. 157).



Figura 1. Implantação do Frauen-Werk-Stadt (fonte: Renata Coradin, 2014. Material elaborado pelas autoras).



Figura 2. Vista interna do Frauen-Werk-Stadt (fonte: Renata Coradin, 2014)

A arquiteta se preocupou também em conectar todas as entradas do complexo com o intuito de potencializar o encontro entre as pessoas, tanto as que residem no edifício quanto as que estão passeando por ele. Ademais, a arquiteta percebeu que, ao conectar as entradas, as pessoas poderiam ver e serem vistas em todo o momento. Desse modo, os espaços internos do conjunto habitacional são exclusivamente para pedestres, sendo proibida a entrada de carros.

O projeto conta também com espaços comerciais, oficina de polícia, creche e pontos de ônibus. Para a arquiteta, era importante que tudo estivesse conectado porque

Pela manhã as mães saem para ir ao trabalho, normalmente em direção ao transporte público, e passam pela creche para deixar os filhos. Assim, a localização da creche facilita a organização da vida cotidiana por encontrar-se no caminho das mães. (ULLMANN, 2010 apud CORADIN, 2014, p. 157).

Remetendo ao trabalho de Jane Jacobs, é visível a preocupação de Franziska Ullmann em promover espaços de autonomia para o público infantil. A arquiteta projetou espaços comuns destinados às crianças, onde elas podem brincar e correr livremente e ainda estarem sob a supervisão dos pais a partir das janelas alternadas das fachadas. Ao analisar o Frauen-Werk-Stadt I, é possível perceber que o modo como as mulheres enxergam o mundo e as cidades é completamente diferente do modo masculino: cidades planejadas de maneira interseccional podem ser mais democráticas.

3.2. Parques para Todas e Todos: sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero

No contexto nacional, surge, em 2019, o guia Parque para Todas e Todos, como forma de modelo de operação sustentável para um parque na Orla do Guaíba, em Porto Alegre. O projeto de criação do guia foi realizado nos meses de maio à novembro do ano em questão e contou com a contribuição do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e do Instituto Semeia em conjunto com a prefeitura da cidade.

O primeiro tópico, intitulado Perspectiva de Gênero, se propõe a explicar os principais conceitos que dão norte ao guia. Nesse sentido, é demonstrado enfaticamente que as relações de gênero, sendo construídas socialmente, podem reproduzir padrões que limitam a capacidade de realização plena das pessoas, principalmente dos grupos de mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência dentro das cidades. O primeiro tópico também propõe que os espaços públicos possam ser seguros e, com efeito, possam garantir inclusão, acessibilidade e sustentabilidade para que mulheres possam romper as barreiras físicas e simbólicas ainda existentes nas cidades.

Ao observar todos os pontos das diretrizes para Parques Urbanos acima citadas, é possível perceber os benefícios do urbanismo a partir da perspectiva de gênero. Eles não se restringem apenas às mulheres, mas se estendem, de maneira democrática, à toda a população. Com isso, é possível criar uma relação entre as diretrizes e os problemas que a Rua Expedicionário Brasileiro, objeto de análise deste trabalho, enfrenta na realidade urbana arapiraquense. Assim, torna-se viável colocar em prática alguns dos pontos citados nas diretrizes, a fim de potencializar os resultados das propostas para a via em questão.

O terceiro tópico traz recomendações para parcerias com a iniciativa privada para a implementação dos parques urbanos. Em conformidade com o guia, existem alguns modelos jurídicos no Brasil que podem ser aplicados para as parcerias, são eles: contratos de longo prazo, onde são realizados investimentos associados a serviços de interesse público, e contratos de curto prazo, onde os investimentos públicos são menores e mais focados na operação dos parques.

Por fim, o tópico também apresenta a experiência da cidade de Porto Alegre - RS com a estruturação do Parque da Orla do Guaíba, parque este projetado a partir da perspectiva de gênero (Figura 03).



Figura 3. Trecho I da Orla do Vale do Guaíba em Porto Alegre (fonte: Parques para Todas e Todos, 2019).

A estruturação aconteceu nos meses de abril de 2018 a novembro de 2019 por meio da Prefeitura de Porto Alegre em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviço para Projetos (UNOPS) e com o Instituto Semeia, através das diretrizes incorporadas na implantação do trecho do parque. O projeto obteve impacto positivo, recebendo em média 50 mil visitantes por fim de semana. Dentre as principais iniciativas adotadas na implementação do Parque Urbano da Orla do Guaíba e que podem também ser adotadas para a Rua Expedicionário Brasileiro, em Arapiraca-AL, estão: locais com sombra, banheiros públicos com fraldário, bebedouros, incentivo à reciclagem, comunicação visual e sinalização com linguagem não sexista.

Por fim, o guia torna evidente a necessidade urgente de as cidades brasileiras adotarem a perspectiva de gênero em seus projetos urbanísticos. Dessa forma, será possível a criação de espaços públicos seguros, de uso diversificado e que levem sempre em consideração as necessidades de quem os frequenta.

3.3. Lugar de mulher é na cidade: desenho urbano para a inclusão de gênero na cidade de Uberlândia-MG

A segunda análise de projetos urbanísticos com foco na perspectiva de gênero é a dissertação de Mestrado intitulada Lugar de Mulher é na Cidade, da autora Giovanna Augusto Merli. As diretrizes presentes no trabalho foram pensadas para a cidade de Uberlândia-MG. Partindo do entendimento de que as mulheres experimentam a cidade de maneira diferente dos homens, a autora propôs em sua dissertação diretrizes e propostas de ação, intervenção e ambientação urbana baseadas em análises culturais e socioeconômicas previamente estabelecidas em sua pesquisa.

Na metodologia, a autora, além de analisar projetos e ações nacionais e internacionais baseados na perspectiva de gênero, também faz análises qualitativas e quantitativas com relação à cidade de Uberlândia. A pesquisa se estende à procura de iniciativas políticas existentes até questionários com a participação de mulheres da própria cidade, com idade entre 16 e 60 anos, a fim de compreender quais são as suas reais necessidades ao vivenciarem os espaços públicos. Para a autora, “a proposta da participação do sujeito no processo de projeto contribuirá com o direcionamento das propostas” (MERLI, 2018, p.55).

Os questionários tinham o intuito de levantar informações e foram de extrema relevância para o desenrolar das diretrizes de projeto. Dentre as informações, estão: responsáveis por unidade familiar, rendimentos economicamente ativos, jornada de trabalho feminina, raça/etnia, idade e escolaridade. Os resultados obtidos serviram como fundamentação para a proposta de reabilitação urbana a partir da perspectiva de gênero.

Todas as informações coletadas pelas pesquisas de iniciativa pública, análises de projetos no Brasil e no mundo e pelas pesquisas com as mulheres, foram de tamanho valor para a elaboração das quatro diretrizes expostas no Quadro 01.

Quadro 1. Diretrizes e propostas de ação para a inclusão de gênero (fonte: Giovanna Augusto Merli, 2018. Material elaborado pelas autoras).

DIRETRIZES E PROPOSTAS DE AÇÃO PARA A INCLUSÃO DE GÊNERO EM UBERLÂNDIA						
Acesso aos espaços/deslocamento	Redesenho de determinadas linhas ou criação de novas a iniciar-se pelos bairros que foram destacados como tendo acessos ruins	Aumento da frota em rotas e horários mais demandados, diminuindo o tempo de espera e aumentando a qualidade da viagem para usuárias e usuários	Revisão das políticas de subsídio das passagens, para possibilitar que mais pessoas utilizem transporte público	Redesenho do mobiliário urbano voltado para o transporte, primando pela qualidade, segurança, conforto e ergonomia de uma população de usuários e usuárias heterogênea	Programação visual ampla e unificada que sinalize e informe usuárias e usuários em paradas, terminais e ônibus com clareza e objetividade	--
Segurança	Promoção da variedade de usos e equipamentos nos bairros, inclusive em bairros residenciais	Evitar a monofuncionalidade em determinadas áreas, com atenção aos eixos de parada de transporte público	Definição de "faixas produtivas" nos bairros residenciais, criando oportunidades de trabalho próximas as residências e promovendo diversidade de usos	Conciliação das redes de transporte público com redes de caminhos para pedestres qualificados e ciclovias	Temporização de semáforos de forma a priorizar as travessias dos pedestres	Projeto de iluminação urbana que priorize o pedestre
Combate à divisão sexual do trabalho	Reconhecimento e valorizar ambos os tipos de trabalho, reprodutor e produtor, como imprescindíveis para a manutenção da sociedade	Busca de intervenções e criação de equipamentos que facilitem a rotina dos responsáveis por cada tarefa	--	--	--	--
Enfrentamento à vulnerabilidade socio-econômica	Acesso à terra/moradia: inclusão de políticas que estimulem e subsidiem o acesso à terra e a moradia às mulheres no Plano Diretor	Acesso ao emprego e renda: estimular a oferta de emprego próximo aos eixos de transporte público, à serviços e equipamentos públicos	Unidades de habitação de interesse social que permitam o desdobro em espaços de trabalho produtivo	Maior segurança para deslocamentos em períodos noturnos	Implantação de mais equipamentos públicos de educação, cultura e profissionalizantes	Acesso à saúde e a informações relacionadas ao planejamento familiar

Todas as propostas implementadas nos bairros buscam sanar as dificuldades apontadas pelas mulheres que vivenciam esses espaços diariamente. A Avenida Monsenhor Eduardo, por exemplo, foi nomeada pelo público feminino como insegura e perigosa, principalmente por existirem galpões antigos e abandonados na extensão da via. Nesse sentido, a autora do trabalho propôs algumas intervenções pontuais, como a transformação dos galpões e vazios urbanos em pontos comerciais e de serviço, iluminação na altura dos usuários e usuárias e para o lado dos passeios, inserção de um restaurante popular, e a reforma de calçadas junto a um projeto de paisagismo, a fim de diminuir as sensações negativas apontadas pelas entrevistadas e de gerar vida urbana (Figura 04 e 05).



Figura 4. Avenida Monsenhor Eduardo (fonte: Giovanna Augusto Merli, 2018).



Figura 5. Ilustração da proposta de intervenção urbana na Avenida Monsenhor Eduardo (fonte: Giovanna Augusto Merli, 2018).

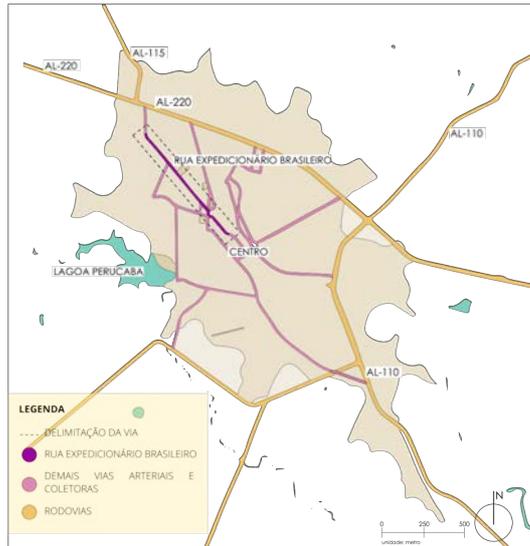
É possível perceber em todas as análises acima, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, que as cidades precisam, mais do que nunca, projetar espaços urbanos seguros para todas e todos, que levem em consideração a voz das mulheres e meninas que, historicamente, foi silenciada e colocada num lugar de invisibilidade. Todos os projetos e iniciativas analisados expõem que é possível, mesmo com pequenas e pontuais medidas, estabelecer a criação de ruas, parques e bairros mais democráticos, onde as vivências de minorias se tornam premissas fundamentais para a criação dos projetos urbanos.

Diante disso, é importante destacar também a relevância das análises desses projetos na investigação da via arapiraquense, objeto de estudo deste trabalho, a saber, a Rua Expedicionário Brasileiro. Compreender a natureza dos trabalhos já existentes, suas dificuldades e suas respostas aos problemas urbanos foram de grande valia para a produção das diretrizes que serão propostas no próximo capítulo. Por fim, como apontam Montaner & Muxí Martínez (2021, p.256), “a única alternativa está nas cidades, que podem ser a solução, caso se proponham a ser, podem dispor dos meios e coordená-los”. Contudo, para que isso se torne atingível, se faz necessário que as barreiras do gênero sejam enfrentadas, para que as meninas e mulheres possam, junto a todos os grupos da sociedade, alcançar igualdade, equidade e liberdade.

5. E se essa rua fosse nossa?

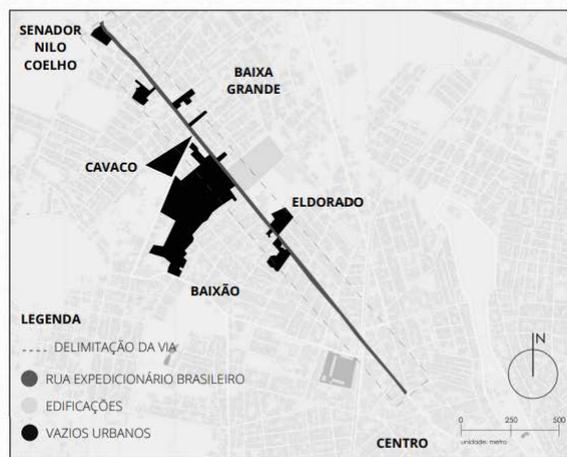
Seguindo mais uma etapa inserida na abordagem metodológica e com a finalidade de expor as relações entre gênero e urbanismo, investiga-se aqui o recorte urbano escolhido como objeto de pesquisa, a Rua Expedicionário Brasileiro, em Arapiraca-AL. Para que possa haver a compreensão da escolha da via e para que os leitores possam se situar nesse contexto, descrever-se-á aqui as características da rua e como as mulheres experimentam – ou não – esse espaço.

A escolha da Rua Expedicionário Brasileiro se deu, primeiramente, pela proximidade da autora com essa via, tendo sido seu trajeto durante anos e sendo próxima da residência onde cresceu. Além disso, foi nessa rua que a autora vivenciou e presenciou diversas violências urbanas para com os corpos femininos. Em segundo lugar, a via em questão é uma das maiores e mais movimentadas da cidade, estando ligada pelas Ruas Tibúrcio Valeriano e José Emídio de Lima, ao lado 102 Noroeste da cidade e nas proximidades da Rodovia AL-220, e também fazendo ligação com o Centro, ao lado Sudeste, através da Rua Trinta de Outubro (Mapa 01).

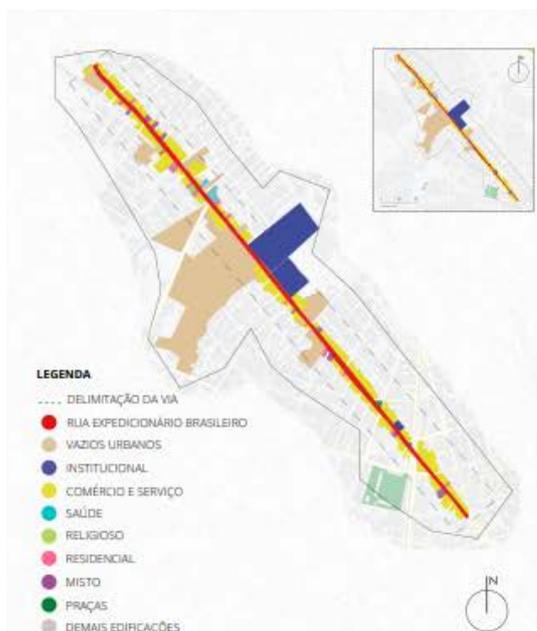


Mapa 1. Localização da Rua Expedicionário Brasileiro, Arapiraca-AL (fonte: Material elaborado pelas autoras, 2022).

A Rua Expedicionário Brasileiro, além de ser uma das maiores vias da cidade, com cerca de 2,6 km de extensão, dá acesso a seis bairros: Senador Nilo Coelho, Baixa Grande, Cavaco, Eldorado, Baixão e Centro. O direcionamento da pesquisa se projetou nesse recorte da cidade, onde foi possível identificar, num primeiro momento, quais eram os principais usos da via e seus vazios urbanos (Mapas 02 e 03).



Mapa 2. Vazios urbanos da Rua Expedicionário Brasileiro, Arapiraca-AL (fonte: Material elaborado pelas autoras, 2022).



Mapa 3. Uso e ocupação do solo na Rua Expedicionário Brasileiro, Arapiraca-AL (fonte: Material elaborado pelas autoras, 2022).

Ao analisar os dois mapas acima, foi possível perceber que a via em questão é diversa em seus usos. Há diversos equipamentos públicos, como posto de saúde, centro de reabilitação, cemitério, casa dos velhinhos e duas praças, a Praça Câmara Júnior, conhecida como Praça do Master e a outra, Praça Padre Cícero. Além disso, há supermercados, escola de educação privada, funerárias, academias, restaurantes, bares e igreja. Há uma maior presença, contudo, de espaços comerciais e de serviço que se estendem por toda a via, principalmente voltados para a venda e conserto de peças de automóveis. Há também algumas edificações com uso misto: residencial e comercial.

A investigação do recorte urbano possui relação com aspectos observados empiricamente na fase da pesquisa exploratória in loco No que diz respeito aos vazios urbanos, nas visitas presenciais foi percebido que a maioria possui uma área muito extensa, o que influencia para a promoção de insegurança, como será visto mais adiante nas narrativas femininas (Figura 06).



Figura 6. Espaços comerciais/serviço presentes na via. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

Na caminhada exploratória da autora, também foi perceptível que o fluxo de veículos individuais é maçante, principalmente nos horários de 07:00 horas da manhã, 12:00 da tarde e 18:00 da noite. Em toda a extensão da via, há grande permanência de figuras masculinas, principalmente nos estabelecimentos comerciais e de serviço que são, em maioria, voltados para conserto e venda de peças de automóveis e distribuição de produtos.

Seguindo a investigação proposta na metodologia do recorte da via Expedicionário Brasileiro, foram elaborados dois questionários. O primeiro, de maneira on-line, com a finalidade de atingir o

maior número de mulheres possível, e o segundo de maneira presencial, a fim de compreender a dinâmica da via e a relação das mulheres com esse espaço. Tais perguntas foram fundamentadas nas análises projetuais elaboradas no capítulo anterior: o Guia Parque para Todas e Todos e a dissertação Lugar de Mulher é na Cidade.

Para a compreensão do público-alvo do trabalho, foi perguntado às mulheres sobre identidade de gênero. Como mostra a Figura 07, a maioria das entrevistadas responderam que são mulheres cis, que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Um número menor de mulheres responderam que ainda não sabem se identificar.

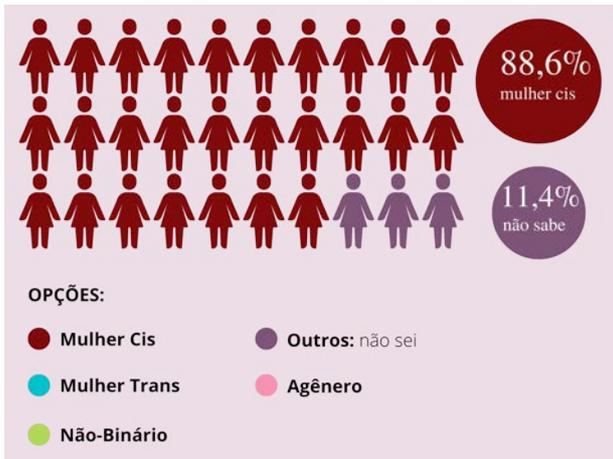


Figura 7. Infográfico sobre a identidade de gênero das entrevistadas. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

Quando perguntadas sobre sua orientação sexual, a maioria das entrevistadas responderam que são heterossexuais como aponta o Gráfico 01:

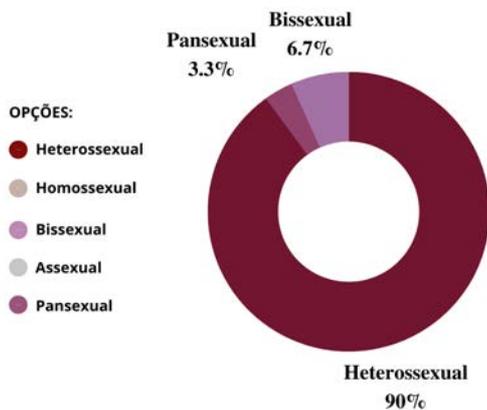


Gráfico 1. Orientação sexual das entrevistadas. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

A partir dessas perguntas, buscou-se entender de maneira mais precisa o que as mulheres de fato sentem com relação à rua. Quando perguntadas de forma direta se existia algo de positivo e negativo ao caminharem pela Expedicionário Brasileiro, as mulheres responderam, como aponta a Figura 08, que há características positivas na rua:



Figura 8. Infográfico sobre o que as mulheres gostam na via. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

Com relação aos pontos negativos, como mostra a Figura 09, todas as entrevistadas conseguiram apontar características negativas e de que não gostam. Algumas das respostas foram:

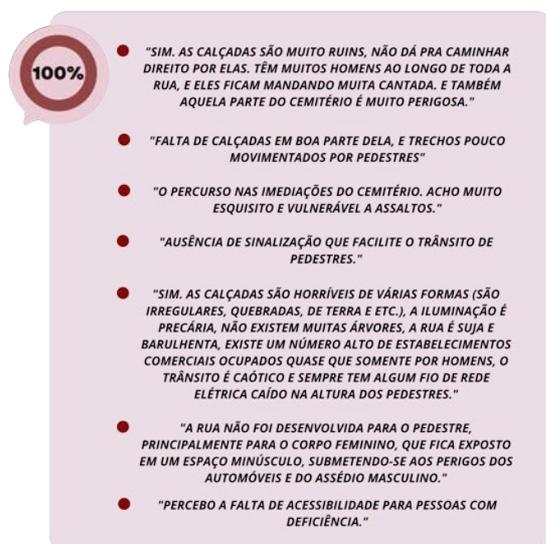


Figura 9. Infográfico sobre o que as mulheres não gostam na via. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

Quando questionadas sobre terem sofrido algum tipo de abuso ou importunação sexual na Rua Expedicionário Brasileiro, a maioria das entrevistadas confirmaram que sim. Também foi perguntado se elas gostariam de descrever esses momentos, caso se sentissem confortáveis (Figura 10).

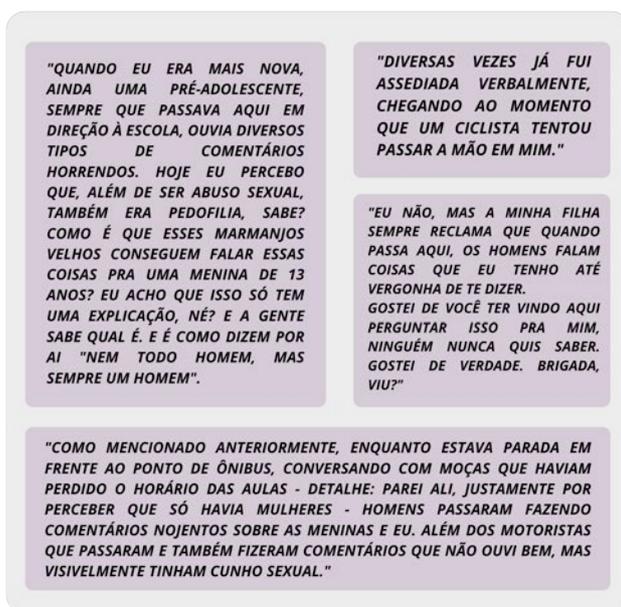


Figura 10. Relatos das entrevistadas sobre importunação sexual. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

Tais relatos, além de marcados por tristeza e revolta, reafirmam o que foi citado no decorrer dos capítulos até aqui: os corpos femininos ainda são vistos como objetos de prazer e de domínio público. Algumas mulheres citaram ainda que esses medos as acompanham desde muito novas, fazendo com que se sintam inseguras em qualquer lugar por onde passem.

Para entender as relações de medo e opressão expressas pelas mulheres, foi perguntado também se elas realmente sentiam medo ao caminharem pela via e, se sim, qual era o porquê desse sentimento. Dentre as respostas, apenas quatro delas não sentiam medo porque passavam pela rua de carro individual ou Uber/táxi. Algumas responderam que sentem medo porque já foram assediadas e assaltadas e outras, que sentem um medo iminente de sofrerem assédio ou estupro, principalmente durante a noite.

Diante dessas respostas obtidas, foi possível perceber, fazendo um paralelo ao trabalho de Jane Jacobs, que, por mais que as ruas sejam diversas, não há garantia de que elas serão seguras para todas as pessoas. Num país desigual como o Brasil, as mulheres, principalmente pretas, pobres e pertencentes à comunidade LGBTQIAP+, não se sentem plenamente confortáveis em exercerem seus direitos de participarem da vida urbana. Por isso, é de extrema importância que se compreenda quais são as necessidades reais e específicas de cada grupo presente na cidade e que mecanismos podem ser utilizados por arquitetos e urbanistas para reduzirem esses riscos e desconfortos. Para tanto, é essencial que essas minorias sejam, de fato, ouvidas. Como aponta Muxí Martínez (2011), todos esses grupos precisam ser assistidos com atenção a partir de um planejamento urbano que se atente aos recortes sociais e trabalhe de maneira transversal e interseccional a fim de garantir visibilidade à todas e todos.

A partir dos modelos de propostas para espaços públicos com perspectiva de gênero analisados anteriormente, onde o desenho dos projetos ou diretrizes de ação são direcionados através de experiências femininas e de outros grupos, foi compreendido que a aplicabilidade dessas iniciativas também eram possíveis na dimensão da via objeto de estudo.

Analisar tais propostas foi essencial para a compreender tanto o contexto global quanto o contexto local com relação ao tema, como essas iniciativas foram pensadas e organizadas e quais impactos elas têm na vida cotidiana das mulheres. No Frauen Werk Stadt I, por exemplo, foi constatado a partir das pesquisas documentais que as moradoras do complexo sentiam-se mais tranquilas e seguras, tanto em caminharem no entorno da edificação quanto de morarem em seus

apartamentos, uma vez que elas foram consultadas e participaram de todas as etapas do processo de projeto, sentindo-se representadas pelo espaço em que habitavam.

Com as iniciativas propostas pelo guia Parque Para Todas e Todos, também foi possível obter um resultado extremamente satisfatório por parte dos planejadores e projetistas da Orla do Vale do Guaíba, uma vez que, segundo os dados apontados através do próprio guia, o parque se mantém em funcionamento, com a constante presença de pessoas representadas pelos mais diversos grupos da sociedade. Tal resultado se deu pelo processo de construção participativa, onde a voz de usuários e usuárias puderam ser ouvidas durante todas as etapas de projeto e seguindo as normativas apontadas pelo guia. Diante disso, foi compreendido também, através da pesquisa exploratória e conversa com as mulheres, que muitas das melhorias apontadas pelos projetos analisados também foram colocadas pelas entrevistadas, como a preocupação com a segurança, acessibilidade, melhor qualidade paisagística e mudanças de comportamento social, por exemplo.

Diante disso, a partir das vivências na via objeto de estudo e das narrativas femininas, foram elaboradas as diretrizes urbanísticas para a Rua Expedicionário Brasileiro. As diretrizes podem ser alcançadas pelo poder público municipal em três níveis: curto, médio e longo prazo. Esses níveis foram estipulados pelo entendimento de que, durante o processo de implementação, pode existir a necessidade de licitações, de maior tempo para execução ou de parcerias com a iniciativa privada. Além disso, elas também foram divididas em cinco linhas estratégicas, baseadas nos apontamentos das mulheres no diagnóstico participativo e o contato com a realidade: Infraestrutura, Uso e ocupação, Mobilidade, Segurança e Representatividade.

Na linha Infraestrutura, tendo em vista o que foi relatado pelas mulheres, sugere-se todas as calçadas da via possam ser requalificadas, a fim de garantir que haja acessibilidade a partir dos padrões técnicos estabelecidos pela Norma de acessibilidade NBR 9050. Para além disso, que essas calçadas possam garantir que mulheres com carrinhos de bebê, carrinhos de compra, bicicletas ou qualquer outro tipo de objeto de maior porte, consigam transitar sem dificuldades.

Além disso, é importante que haja a inserção de paisagismo no percurso da via com espécies da própria região e que se adequem ao clima, a fim de garantir a renovação do ar bem como o sombreamento, principalmente em dias de alta temperatura. Ademais, é de extrema importância que essa massa vegetal não se torne empecilho visual, impedindo que as mulheres vejam e sejam vistas.

Com relação à iluminação pública, problema sempre apontado pelas mulheres no decorrer das entrevistas, é importante que a implantação dos postes seja feita de maneira contínua e homogênea, sem barreiras visuais ou vegetais, com fiação subterrânea. Essa iluminação também precisa se adequar tanto ao passeio público quanto à pista de rolamento, tendo seu perfil tubular de luz voltado para esses dois espaços, atentando-se à altura dos usuários. Além disso, também devem ser inseridos espaços para descanso, uma vez que a via é extensa, para que as mulheres com crianças de colo ou mulheres idosas possam parar nesses pontos para descansar e retomar a caminhada. É importante que esses espaços promovam iluminação adequada, acessibilidade, sombreamento e que comportem todos os corpos. Por isso, ao longo do processo de projeto, é essencial que a comunidade seja consultada e ouvida, para que possa sugerir melhorias para o espaço.

Para a linha Uso e ocupação, é preciso garantir que haja equipamentos na extensão de toda a via que suportem as atividades diárias experimentadas pelas mulheres. Nesse sentido, é essencial a garantia de vitalidade com a presença de pessoas em diferentes horários. Desse modo, o poder público municipal pode estudar estratégias de fomento ao negócio de pequenas empreendedoras locais, cedendo espaço na via para que elas se apropriem e consigam permanecer, seja para trabalhar ou para utilizar em momentos de lazer.

É importante também que se projetem espaços públicos de cultura e lazer, levando em consideração as categorias de gênero, raça e classe, para que todos os corpos sejam

comportados sem que haja aceção. Ademais, esses espaços podem atrair pequenas comerciantes e também gerar movimentação noturna.

Em Mobilidade, é proposto que seja feita a troca das placas nas paradas de transporte coletivo por abrigos cobertos, e que esses abrigos, segundo as entrevistadas, também sejam iluminados, a fim de promover segurança para quem estiver a espera do transporte no período noturno. Além disso, as mulheres apontaram para a necessidade de uma ciclovia, tendo em vista a extensão da rua. Nesse sentido, a partir de uma análise do mapa da cidade, é possível a criação de uma ciclovia que ligue a AL-220 ao Centro, através da Expedicionário Brasileiro. Tal medida poderia facilitar a locomoção das mulheres que precisam se deslocar de bicicleta e em vários horários durante o dia. Além disso, poderia diminuir o tráfego maçante de veículos motorizados nessa região.

Como apontado pelas entrevistadas, o vazio urbano em frente ao Cemitério Pio XII provoca medo e sensação de insegurança por ser muito extenso e sem movimentação de pedestres. Portanto, é necessário que haja um estudo para a abertura de, pelo menos, uma via local nessa área. Essa abertura trará a possibilidade de as mulheres desviarem para essa nova via caso avistarem algum perigo adiante.

Ademais, foi ressaltado que os motoristas não respeitam os pedestres e que as travessias de um lado para o outro são muito difíceis, especialmente em horários de pico. Desse modo, como pedido pelas mulheres, é necessário que haja a criação de mais faixas de pedestres, além de temporizadores nos semáforos e redutores de velocidade. Também foi citado pelas entrevistadas a possibilidade de tornar a Rua Expedicionário Brasileiro uma via de mão única. Para tanto, é proposto que seja feito um estudo viário na região, a partir da Avenida Ventura de Farias e Rua Costa Cavalcante, para que a via objeto de estudo torne-se de mão única total ou parcialmente, como já feito em um pequeno trecho após a Praça Câmara Júnior em direção ao Centro.

Com relação à Segurança, é necessário garantir que exista vigilância ao longo da via, e que esta seja feita por profissionais capacitados para lidarem com a inclusão dos diversos grupos presentes na sociedade. Além disso, com a implementação das diretrizes anteriores, é possível potencializar a sensação de vigilância de maneira não autoritária, onde a diversidade social, física e funcional possa gerar um ambiente seguro.

Por fim, na linha Representatividade, é importante que o poder municipal trabalhe na criação de políticas públicas com foco em comportamento social, a fim de reeducar não somente os homens pertencentes ao padrão cis-heteropatriarcal, mas à toda a cidade sobre o combate às violências de gênero, raça e classe, enfatizando os dados sobre feminicídio, assédio e estupro, por exemplo, deixando evidente a minorização histórica e restrições ainda enfrentadas pelas mulheres no século XXI.

Também é importante que as placas utilizadas para sinalização e direção contenham elementos e figuras que representem a diversidade de pessoas. Além disso, é importante que haja, como apontado por algumas mulheres, o uso de pinturas artísticas e intervenções urbanas que ilustrem de maneira educativa as inúmeras violências cotidianas impostas pelo sistema patriarcal e enfrentadas por esses grupos. Desse modo, é essencial que os artistas escolhidos também sejam representantes desses grupos que foram historicamente invisibilizados a fim de que, com suas expressões artísticas, possam retratar, alertar e criticar os problemas, apontando soluções a partir de suas vivências.

Diante disso, também se propõe a criação de conselhos comunitários com foco na diversidade de gênero, tanto nos bairros perpassados pela via quanto nos demais bairros da cidade, a fim de que sejam promovidas ações e discussões sobre a conscientização dos cidadãos para o tema, com eventos presenciais, rodas de conversa, manifestações artísticas e culturais, utilizando a própria rua como palco para esses momentos de aprendizado e prevenção.

DIRETRIZES PROPOSTAS PARA A RUA EXPEDICIONÁRIO BRASILEIRO, ARAPIRACA-AL					
	Infra estrutura	Uso e ocupação	Mobilidade	Segurança	Representatividade
Curto prazo	Inserção de espaços para descanso e paisagismo que não seja empecilho visual e que possa garantir sombreamento	Fomento ao negócio de pequenas empreendedoras por parte do poder municipal	Troca dos pontos descobertos por pontos cobertos e inserção de iluminação	Garantia de segurança com profissionais capacitados para lidarem com a diversidade de pessoas	Criação de conselhos comunitários com foco na diversidade de gênero, para promover ações e discussões sobre o tema do gênero
Médio prazo	Requalificação dos postes de iluminação pública, com fiação subterrânea e contemplem tanto a via quanto as calçadas, estando na altura do usuário	Implantação de equipamentos públicos de cultura e lazer	Inserção de mais faixas de pedestres ao longo da via e organização do trânsito, melhorando a sinalização com inserção de temporizadores e redutores de velocidade	Vigilância não autoritária através da diversidade social, física e funcional	Criação de políticas públicas com foco em comportamento social, a fim de reeducar toda a cidade sobre as violências e restrições que as mulheres enfrentam
Longo prazo	Requalificação das calçadas, garantindo que sejam acessíveis e que abracem os diversos grupos que as utilizarão	Apropriação de vazios urbanos para construção de projetos para habitação social coletiva, que contemplem a diversidade de núcleos familiares	Abertura de uma via local no vazio urbano em frente ao Cemitério Pio XII, apontado pelas mulheres como inseguro. A abertura possibilitará o desvio caso se deparem com o perigo; realização de estudo viário para tornar uma via de mão única, seja total ou parcialmente		Inserção de placas de sinalização e direção que representem grupos diversos bem como pinturas artísticas urbanas que retratem os problemas sociais vividos por diversos grupos

Figura 11. Quadro síntese com diretrizes para recorte de estudo. (fonte: material elaborado pelas autoras, 2022).

6. Conclusão

A partir das reflexões históricas que fundamentaram o mundo ocidental, da consolidação do planejamento urbano hegemônico a partir do século XIX e sua presença ainda maçante no modo de se desenhar as cidades do século XXI, foi possível compreender que a posição ocupada pela mulher na sociedade, apesar de tantos avanços, ainda é inferior e essa situação tende a se atenuar a partir dos recortes de raça e classe.

Ao realizar o recorte na Rua Expedicionário Brasileiro, em Arapiraca, e ao estar em contato com as entrevistadas durante o período da pesquisa, foi possível perceber que a configuração da cidade também é responsável por reforçar os papéis de gênero socialmente impostos. Assim, é importante que se reflita cada vez mais sobre o espaço da mulher no contexto urbano, dando voz e visibilidade ao que elas têm a dizer sobre suas experiências com relação ao lugar onde vivem.

É válido ressaltar também que, em decorrência da Pandemia do COVID-19 e ao período de chuvas no momento da pesquisa de campo, os resultados foram limitados, uma vez que poucas mulheres estavam presentes na via. Contudo, foi possível obter um resultado satisfatório, onde se compreendeu como a Rua Expedicionário Brasileiro se configura e o que ela representa para as mulheres do seu entorno e, assim, elaborando diretrizes a partir das potencialidades do local, a fim de que sejam usadas para torná-la um espaço mais democrático, onde as mulheres sintam-se confortáveis para caminhar ou permanecer.

A intervenção com diretrizes na escala viária buscou propor a inserção de novos espaços que possam ser mais acessíveis e inclusivos, com a implementação de melhorias básicas em infraestrutura, mobilidade, segurança, uso e ocupação e representatividade, para, além de melhorar esse espaço público, também propor mudanças de comportamento social com o intuito de esclarecer aos cidadãos e cidadãs arapiraquenses sobre a necessidade de pensar uma cidade mais diversa, onde tal diversidade possa ser exercida e respeitada. As diretrizes expostas são propostas iniciais e que podem ser aperfeiçoadas, uma vez que o tema é novo para a cidade de Arapiraca. Esse aperfeiçoamento pode acontecer a partir da participação de mais mulheres, de planejadoras e planejadores urbanos e através do poder público municipal.

7. Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. [Tradução de] Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CORADIN, Renata. Arquitectura e Gênero: três projetos em Viena. In: **I Congresso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible**, Barcelona, 25, 26 y 27 de Febrero de 2014. Máster Laboratorio de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI, 2014, p. 156-161. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14900/156_161_Renata_Coradin.pdf . Acesso em 11 de Março de 2022.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?lang=pt> . Acesso em 03 de setembro de 2022.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. [Tradução de] Thereza Roque da Motta. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. In: **Interfaces Brasil/Canadá: Revista Brasileira de Estudos Canadenses**, Canoas, v. 15, n. 01, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721> . Acesso em: 23 de setembro de 2022.

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar de Mulher é na Cidade: desenho urbano para a inclusão de gênero na cidade de Uberlândia**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Uberlândia: UFU, 2018.

RAMOS, Diana Helene. **“PRETA, POBRE E PUTA”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MARTINEZ, Zaida Muxí et al. Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo? In: **Feminismo/s**, v.17, p. 105-129, 2011.